

No Amazonas:

Fazendeiros e a Polícia dizem que são "protetores" dos Mura

Com as terras invadidas há vários anos, os Mura do rio Manicoré estão cada vez mais submissos aos brancos e ainda dão crédito às renovadas promessas da Funai, nunca cumpridas. Os funcionários do órgão que estiveram na área meses atrás, disseram que ajudariam os índios "na colocação de sua produção de castanha a melhores preços". Só que, ao passarem por ali, nem sequer identificaram-se pelo nome conforme denuncia Teodorico Dantas, 68 anos, um "ex-encarregado de índios" e acostumado aos seus costumes.

A safra da castanha chegou a ser vendida este ano a 300 cruzeiros a barrica, quando o preço médio na região era de 1 mil cruzeiros, ao passo que o café, estimado em 1 mil, é adquirido por apenas 380.

E grande a pobreza das famílias, exploradas não só na produção de castanha, como na de café e na extração da madeira nobre, a qual não tem preço unitário. O sr. Mariano chegou a contratar o índio Paulo, idoso e semi-paralítico, para tirar madeira até o fim do ano, oferecendo-lhe em troca uma canoa — um "presente". Enquanto isso, vai empregando toda mão-de-obra indígena à bagatela de 100 cruzeiros por dia (a diária na região é de 300 cruzeiros). Assim, ele poderá tirar toda quantidade de madeira que quiser no prazo estipulado.

Essas irregularidades foram constatadas pelos indigenistas Ezequias Heringer e Ana Lange, no Lago Capanã e numa boa extensão do rio Manicoré, recentemente, ocasião em que também observou-se a exploração da Polícia contra os Mura.

Alguns brancos liderados pelo sub-delegado Roldão Costa Leite e seu primo, o agente de Polícia Domingos Costa (mora-dor em Castanhapiróca) têm se valido de expedientes espúrios para convencer índios e brancos.

INGERÊNCIA

O subdelegado viu-se no direito de ingerir sobre o patrimônio indígena, apresentando um documento citado na Integra no "Levantamento das populações indígenas da Prelazia de Humaitá". Na página nove desse documento publicado em 1977, o Ministério da Agricultura, através do sr. Manoel Moreira Araújo, seu funcionário, determina a suspensão dos contratos das reservas indígenas com particulares, diante da proposta de arrendamento do castanhal Guariba, no Lago Capanã.

Mas Roldão Leite escreveu para a Inspeção Regional, pedindo para arrendar as terras dos Mura da colocação Guariba, ao que lhe negaram. Nem por isso desistiu da idéia, tendo alegado aos pesquisadores que "possui poderes sobre aquela gente". Por seu turno, o agente policial Domingos Costa se diz autorizado para explorar o castanhal, bem como "cuidar" da sobrevivência da comunidade indígena.

As barbaridades não param aí, conforme as denúncias chegadas daquela região. É que, a família Costa vem se aproveitando da submissão dos índios, para inclusive prostituir suas mulheres. Domingos Costa, seu filho Agnaldo Costa e o regatão Chico Leite têm filhos com mulheres Mura. Essas crianças são criadas pelo casal Arlinda e Domingos Cordeiro.

Após a passagem pela área, Ezequias Heringer e Ana Lange receberam em Manicoré, em fins de junho, a visita do índio José Cordeiro, o Zezinho, que alegou sofrer pressões de Domingos Costa, razão porque procuraria trabalho fora do Lago Capanã. Ele achava difícil continuar convivendo com a espoliação e degradação a que está submetida sua família.

O VELHO RELATÓRIO

Os pesquisadores verificaram que os Mura do Médio Madeira se reconhecem como parentes, mantendo entre si trocas de visitas eventuais, ou mesmo trabalham juntos durante temporadas, na coleta da castanha. "As vezes acontecem migrações em caráter permanente, havendo trocas de indivíduos entre os grupos ou esvaziando populacionalmente alguns deles. Sabíamos que a população do Capanã encontrase "esvaziada", permanecendo apenas uma família grande às margens do lago, mas não tivemos maiores informações quanto a origem e direção dos deslocamentos e nem conseguimos obtê-las. O certo é que durante a época da seca a boca do lago torna-se tão rasa que não permite a navegação, deduzindo-se que os deslocamentos são preferencialmente realizados a partir de dezembro, coincidindo com o início da safra da castanha. Nos últimos anos a comunidade Capanã não tem recebido parentes, mesmo por curtas temporadas; ao contrário, as informações que temos neste estágio de observação indicam que seus componentes têm procurado se fixar fora do lago Capanã" — relatam.

Um relatório feito em 1924, pela "Inspeção do Amazonas e Acre" cita as seguintes posses indígenas no Lago Capanã: Inajazinho, terras ocupadas por dona Anna Gomes; Palmeira, por Antonio Norberto Ferreira, Vicente Peixoto e Vicente Peixoto da Silva; Guariba, por José Teixeira, e uma sem denominação, ocupada por Joaquim Gomes do Rego e Elias Pereira do Rego.

"TERRA DOS NOSSOS PAIS"

Um diálogo entre os Mura visitados:

Dico: "Aqui tem muita terra, terra pra todo mundo..."
Ana: "Tem muita terra, mas aqui é dos Mura".

Dico: "Ela não entende direito, o capitão Paulo é quem sabe..."

Ana: "Capitão Paulo tá velho, tá cansado..."

Antonio: "Aqui não tem desse negócio não. Todo mundo se entende, todo mundo tal de prova que eu dou presente. Dei até uma muleta para o Paulo. Esta mulher que eu estou metido com ela (referindo-se a Josefa) queria uma casa. Eu fiz, aqui do outro lado do rio. Se ela quiser ela pode dizer".

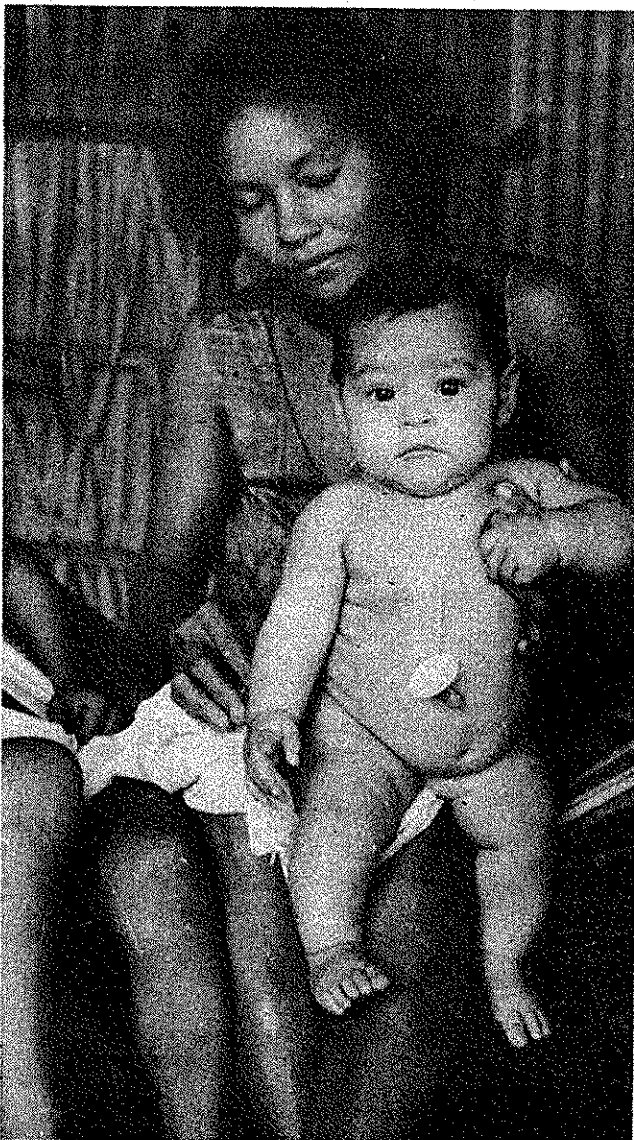
Josefa: "É, ele ajuda a gente".

Ana: "Só sei que esta terra foi de meu pai, do pai dele.

Vocês (dirigindo-se a Josefa e outros Mura) vieram lá do Capanã, do Baeta. Esta terra é minha, da minha irmã. Tão tudo enganado, querendo ser brasileiro, mas não são".

Antonio: "Tá todo mundo de prova que quando aqui cheguei, já trazia tudo que eu tenho. Só as moto-serras é que comprei depois que cheguei, porque as mãos da gente doem muito. O motor comprei agora, pra ajudar a carregar madeira".

Ana: "Que é que o senhor trouxe, então? Meu pai também tinha, nós não temos nada. Tudo enganado".



Mulher Mura do Acará. (Foto Ana Lange)



Contato com os Mura no século XIX

"PROTETORES" DE ÍNDIOS

A época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a 1ª Inspeção Regional nunca manteve postos indígenas no rio Manicoré. A assistência e proteção era feita por arrendatários da terra indígena, que periodicamente recebiam visitas dos funcionários da Ajudância do Madeira. Conforme os pesquisadores levantaram, o primeiro arrendatário ali, foi João Dantas, antigo proprietário do lugar denominado Bela Vista, margem esquerda do Manicoré, a três horas de motor da Maloca; o segundo foi Aristeu Bicho, atualmente vereador em Manicoré; o último foi "Beré", que ainda hoje reside próximo à área indígena.

Todos eles pagavam a renda diretamente à comunidade sob a forma de assistência médica de urgência, de zelo sobre a proibição do uso da cachaça, de proteção contra eventuais invasores. Por coincidência ou não, esses arrendatários sempre acumularam a função de sub-delegado de Polícia ou cargos políticos. A exploração econômica daquelas terras era unicamente coordenada pelo arrendatário, ficando inclusive ao seu dispor a utilização da mão-de-obra indígena, talvez um prêmio aos "serviços policiais" gratuitos prestados.

Apesar de ser também um esbulhador, o arrendatário distinguiu-se do invasor por estar ligado a princípios morais e ser uma figura muito próxima dos encarregados de postos indígenas que o extinto SPI manteve na Ajudância do Madeira.

Teve e tem, como estes, o reconhecimento público de "protetores de índios". Aliás, este é um aspecto comum na história de aculturação dos índios do Médio Madeira.

EXPLORADORES

Caracará, Salsal e Onça são as três posses indígenas no rio Manicoré. Jurandir Ferreira Mota, ali estabelecido há 11 anos, "quando os caboclos eram 40 e poucos", não tem, como declarou, qualquer documento da terra. A família Alecrim se intitula "protetora" dos caboclos, e assim mantém negócios nas terras dos Mura não só do rio Manicoré, mas também do Marmelos, do Maicé, do Ipixuna. Valeriano Alecrim, além de ser rico, é o mais conhecido assassino da região, sendo voz corrente que existem nove acusações de mortes contra ele. Através de Mariano e Estevão e empregados temporários, ele domina a exploração do louro-cedro, miratinga, copalba, jacareúba, itaúba e outras madeiras regionais, além da castanha de Vaz, Porto Grande, Capoeira, Macaco Prego, Palhazinho e Traira, todas nas margens do Igarapé Maloca.

Embora casado com a índia Luiza, Estevão não é considerado integrado à comunidade indígena, pois sua presença é claramente de invasor, de espoliador dos bens dos Mura, a quem pressiona constantemente, segundo denúncias de brancos. Enquanto são ameaçados até de morte por esse elemento, os índios enfrentam a insuficiência econômica, em função do que suas mulheres preferem hoje o casamento com não-índios. Desta maneira, Paulo, João Avelino e Amâncio, perderam suas mulheres para brancos. Alguns inconformados, partiram em busca de outras companheiras.

E, lamentavelmente, bebem cachaça e "falar brasileiro", como os pesquisadores Ana Lange e Ezequias Heringer constataram ali, são formas de defesa contra os regionalismos do tipo "rouba como um Mura" "preguiçoso como um Mura".

CEEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Parantim*Data: *set/81*Class.: *02*Pg.: *07*